

em 1952 pelo Ministério da Educação. Aliás, êle o diz no prefácio, ao dar ciência dessas modificações: “Modifiquei as noções preliminares, enfrentando novas definições muito difíceis, que espero possam atender especialmente ao espírito da mocidade estudiosa. Fiz acréscimos ao capítulo sôbre a evolução da pesquisa, sendo novos os números 10, 13, 14, 16 a 18 e 35 a 41. Incluí um capítulo retirado da *Teoria da História do Brasil*, “As fontes históricas”, desenvolvendo-o em capítulo dêste livro denominado “Os instrumentos do trabalho histórico”, que o contém e muito mais. Espero que êste nôvo capítulo seja bastante informativo e sirva como um guia para o professor e para o estudante que se inicia na pesquisa. Condensei a parte final sôbre o Instituto de Pesquisa Histórica e incluí alguns anexos, contendo sumários de arquivos e coleções”. Há muito esperávamos por êste livro, tanto mais que as Faculdades de Filosofia estão cada vez mais interessadas no campo da pesquisa, como complemento necessário à formação de licenciados em História. E a obra de José Honório Rodrigues, tanto quanto a *Teoria*, igualmente reeditada na mesma coleção, será de consulta obrigatória para todos os que desejarem trabalhar com a história brasileira. O autor anuncia uma *Historiografia* (História da História Brasileira) em vias de conclusão. Pelas amostras que dêsse seu trabalho já temos tido em algumas publicações avulsas, podemos esperar seja mais uma dessas obras imprescindíveis na biblioteca de um professor de História.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

GODINHO (Vitorino Magalhães). — *Ensaio II. Sôbre História de Portugal*. Livraria Sá da Costa Editôra, Lisboa, 1968.

Renovar a historiografia portuguesa constitui a preocupação básica do Autor. Nesse sentido, o livro engloba uma série de trabalhos nos quais o Professor Godinho discute e demonstra formas de abordagem para a História portuguesa. Apesar de considerar Portugal em particular, êle vai além, mostrando a necessidade de libertar o enfoque histórico de seu país de uma tendência apologética e tradicionalista, que o considera como algo isolado do mundo, tendência que leva à persistência de erros e à deformação da realidade.

A posição do autor é bastante objetiva e pode ser sintetizada nos seguintes termos: a historiografia de Portugal precisa ser estudada mediante uma atitude científica, não mais cabendo publicações de documentos ao acaso e produções literárias onde o passado “freqüentemente serve de pretexto (nem ao menos de tema) à retórica balofa, de adjetivação em fogo de artifício, e consubstancia-se em uns tantos mitos forjados *ad-hoc* para justificar opções presentes, sem qualquer fundamentação de pesquisa efetiva” (pág. VIII).

Essa atitude dos historiadores portugueses tem levado estudiosos estrangeiros — Mauro, Boxer e Albert Silbert — a ocuparem-se a sério do passado português. O Professor Godinho não invalida essa atuação e propõe mesmo que se “abra o país aos intensos movimentos da cultura atual” (pág. XI), o que possi-

bilitará a análise do caso português sob uma perspectiva universal. Adverte também, que “não teremos investigadores em ciências humanas caso se acomodem de entorses cívicas, sacrifiquem às benesses de carreira e não lhes seja garantida a atmosfera de perfeita isenção perante tôdas as ordens e pressões. A independência sem subterfúgios do investigador e do professor é a condição iniludível, *sine qua non*, dêsse esforço científico absolutamente indispensável para que Portugal esteja no tempo presente” (pág. XI).

O trabalho de renovação, visível em todo o volume, traz o impacto inicial da negação da forma tradicional e acomodada da periodização na história portuguesa. A abordagem por dinastias e reis constitui norma utilizada “desde longa data até muito recentemente” (pág. 4). Esse critério deformizante destinado a evidenciar personagens, se cabia à história encomendada por reis, não mais se justifica atualmente, porque abstrair-se da existência do povo, chamando-o nação, com aspirações interpretadas e coincidentes com as dos seus governantes, não pode ser considerada atitude científica. “O critério é, pois, distribuir as épocas cronológicas pelas transformações essenciais da sociedade” (pág. 5).

Godinho discute a periodização adotada por Herculano, Oliveira Martins e Damião Peres entre outros (perspectiva dinástica), e a idéia de ciclo, preferida por Lúcio de Azevedo, e conclui, “no estado atual da pesquisa em nosso País não é possível assentar sem arbitrariedade uma divisão da história de Portugal em períodos” (pág. 11).

Adotando a “ferramenta moderna de estrutura e complexo histórico-geográfico” êle propõe “estudar a sociedade portuguesa através dos tempos, não apenas nas suas formas jurídicas mas sim na sua existência coletiva tal como é na realidade, procurando rastrear as relações fundamentais que definem estruturas sucessivas; desenhar as correspondentes configurações espaciais, numa perspectiva de geografia dinâmica que dê as proporções de forças em ação, suas áreas de incidência, vectores das maneiras de sentir e pensar coletivas (globais ou de grupo), de modo a caracterizar mentalidades e grandes revoluções psicológicas” (pág. 11).

O Autor evidencia essa posição nos artigos componentes do volume, sendo que a simples menção de alguns títulos basta para ilustrar sua preocupação básica: “A evolução dos complexos histórico-geográficos”, “Finanças públicas e estrutura do Estado” e “Flutuações econômicas e devir estrutural do século XV ao século XVII”.

Como esforço para repensar os problemas portugueses, o trabalho “Dúvidas e problemas acerca de algumas teses da história da expansão”, apresenta bastante interesse. Nêle o Autor reconhece que a historiografia portuguesa sobre a expansão é de cunho propagandístico, resultante talvez, de uma reação à omissão da historiografia estrangeira quanto à importância da atuação dos portugueses. Constatando essas perspectivas diferentes — a nacional e a estrangeira — êle conclui ser uma anomalia pois, “a história é um sistema de conhecimentos universalmente válidos, como um teorema algébrico ou geométrico, uma lei física ou biológica ou psicológica, não são verdadeiros ou falsos consoante as crenças, os partidos políticos, os meios sociais dos indivíduos, mas sempre verdadeiros, assim também a história é a mesma e não pode ser diferente para alemães e chineses, brâmanes e

protestantes, conservadores e liberais” (pág. 68). Cumpre, portanto, adotar “o ponto de vista universal” para o estudo de uma questão.

Após essa conceituação de caráter geral, êle particulariza seu enfoque para a compreensão da expansão portuguesa. Sua crítica é construída a partir de uma recente coleção de trabalhos de Joaquim Bensaúde: *A Cruzada do Infante D. Henrique*. Entre vários pontos enfatizados e discutidos, destaca-se a conceituação de “espírito de cruzada”, reconhecido por inúmeros historiadores, como móvel do processo de expansão iniciado por D. Henrique. Sua crítica nesse ponto incide em dois sentidos: a expansão subordinada a D. Henrique — “reduzir um movimento histórico às intenções dos dirigentes é já de si inadmissível, quanto mais reduzi-lo a um único dirigente” (pág. 80); e o espírito de cruzada como único móvel da expansão — por ser “esta expressão das mais equívocas, encerrando conteúdo variadíssimo e ligando-se a muitas outras noções” (pág. 73). E prossegue, “o primeiro ponto a ter em conta é que as Cruzadas constituem unicamente um aspecto de um movimento mais vasto, a expansão europeia do século XI ao século XIII” (pág. 81). Através de uma discussão bastante interessante, Godinho coloca “o espírito de Cruzada” dentro do contexto dos movimentos expansionistas europeus e conclui, “do mesmo modo que a aceitação das causas econômicas e sociais da expansão não implica a motivação econômica da conduta dos dirigentes, assim também a aceitação do espírito de Cruzada como motivação da conduta dos dirigentes não implica a rejeição das causas econômicas das navegações e conquistas” (pág. 84).

Em resumo, o Autor reconhece que para a perfeita compreensão da expansão portuguesa faz-se necessário “o aprofundamento e alargamento eruditos, o conhecimento nítido dos ambientes asiático e africano, das condições internacionais, dos outros expansionismos e a realização da síntese erudita e histórica segundo os métodos e orientação modernos da historiografia, recorrendo primacialmente às diretrizes da sociologia e também da psicologia histórica, com noção bem distinta da natureza da explicação histórica” (pág. 96).

O pesquisador em história da expansão ibérica pode se congratular por dispôr, através da presente coletânea, de alguns dos principais artigos do Professor Vitorino Magalhães Godinho, antes dispersos. Resultam, todos êles, de pesquisas sólidas e inspiradas que, por certo, estão nas bases de uma revisão da História de Portugal.

M. STELLA M. BRESCIANI

* * *

LINS (Ivan). — *Tomás Morus e a Utopia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1969. 120 páginas.

Tomo emprestado a um filme exibido há algum tempo o título para esta nota — “O homem que não vendeu a alma”. Não vi o filme. Mas, parodiando o que dizia o saudoso Oswald de Andrade quando lhe perguntaram acerca de determinado livro, creio que posso dizer: “Não vi e não gostei”. Talvez esteja cometendo uma injustiça, mas o que me levou a não querer ver um filme sobre